

# Textos

## Emmanuel Henrich Reichert

Coleção de artigos do Autor, colhidos de forma livre nos meios eletrônicos e redes sociais, jornais, revistas e livros diversos.

Todos estes trabalhos foram colhidos de forma eletrônica, já publicados e disponíveis livremente.

Esta coleção não é um livro, apenas um apanhado para registrar os trabalhos de sua autoria e/ou de sua preferência, publicados por ele, sobre temas diversos.

A critério do Autor poderá ser transformado em livro.

O ProjetoPF pode ajudar nesta tarefa. Contate-nos.

Data : 14/03/2012

Título : Aluguel de Escravos no Brasil Império

Categoria: Artigos

Descrição: O leitor de jornais do Brasil oitocentista podia encontrar anúncios de aluguel de escravos.

O Brasil oitocentista não está na lista de assuntos que estudo no momento, então foi por pura curiosidade que comprei em um sebo um livro com anúncios de jornais do período. A maior parte do conteúdo, apesar de interessante, era de se esperar: anúncios de escravos fugidos, compra e venda de escravos, avisos de missas, anúncios de lojas, bugigangas da Índia (no começo do século) e da Europa (mais tarde), etc. Mas o livro valeu seu preço modesto por um dado surpreendente, ao menos para mim: existia, no Brasil imperial, uma prática forte de aluguel de escravos. Aqui vão alguns exemplos, com a ortografia modernizada:

Precisa-se alugar um preto ou preta que saiba cozinhar e o mais arranjo de uma casa de família; na rua das Flores número 13. - O 19 de dezembro (PR), 8/4/1854

Alugam-se uma negrinha de 14 anos, duas pretas perfeitas cozinheiras, lavadeiras e engomadeiras de roupa de senhora; informa-se por favor, à rua Luiz de Camões n. 14, antiga da Lampadosa, venda. - Jornal do Comércio (RJ), 1/10/1881

Aluga-se uma escrava crioula, sabendo lavar, engomar e cozinhar; sem vícios e fiel: quem a pretender dirija-se à rua do Alecrim, segunda casa do canto ao lado do sr. Cidade, que achará com quem tratar. - O Novo Íris (SC), 19/7/1850

Do lado acadêmico fica a dúvida, que alguém já deve ter estudado: como essa prática se inseria na economia? Havia gente que comprava escravos apenas para alugar ou era algo feito por proprietários que estivessem com mão de obra demais e dinheiro faltando?

E a constatação mais óbvia: esse tipo de coisa acontecia há apenas 130 anos atrás. Hoje seria impensável, e mesmo na década de 1880 já havia abolicionistas se opondo à escravidão, mas essa instituição ainda era aceita o suficiente para que as pessoas pudessem colocar anúncios desses nos jornais com a maior naturalidade. Não sou daqueles que acreditam na evolução moral da humanidade. Quase sempre, olhar do passado ao presente e ver os costumes ficarem cada vez mais parecidos com os nossos, até culminar em nós do presente, e achar que isso significa que algo melhorou, é o cúmulo dos horizontes estreitos. É pressupor, sem o esforço de demonstrar, que somos moralmente superiores a nossos antecessores. Mas, vez que outra, é esse o caso. Anunciar aluguel de escravos é algo que definitivamente não faz falta...

Aos interessados, o livro é E os preços eram commodos - anúncios de jornais brasileiros do século XIX, volume 2, organizado por Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlinck.

Data : 13/04/2012

Título : As Aventuras do Servo de Deus

Categoria: Artigos

Descrição: Dos muitos pequenos tesouros guardados no Arquivo Histórico Regional, os milhares de processos criminais estão entre os mais importantes.

## AS AVENTURAS DO “SERVO DE DEUS”

Sexta-Feira, 13.04.2012

Dos muitos pequenos tesouros guardados no Arquivo Histórico Regional, os milhares de processos criminais estão entre os mais importantes. Não que os casos tenham envolvido pessoas famosas ou gerado repercussão nacional (talvez alguns tenham – muito do material ainda está por ser estudado). Na verdade, a sua importância histórica se dá exatamente pelo motivo oposto: envolver gente comum. Lendo seus depoimentos e histórias de vida e prestando atenção aos detalhes, é possível descobrir informações valiosas sobre a vida cotidiana, a mentalidade, as relações sociais e muitas outras coisas que dificilmente se encontram em outros documentos do passado. Para alegria dos pesquisadores, alguns dos casos, além de ricos em informações, também fornecem boas histórias. Eis uma delas, derivada de um processo criminal.

O ano era 1966. O lugar, o interior da pequena e recém-emancipada Fontoura Xavier. Um agricultor, ao passar na casa de um amigo, encontrou ali outro visitante, que logo descobriu ser um “curandeiro”, conhecido por seus remédios

de chás e ervas. Isso veio a calhar para o agricultor, pois sua mulher sofria de uma doença de pele. Ele pediu para que o homem ajudasse sua esposa. O convite foi aceito e o curandeiro empregou seus remédios habituais, que surtiram algum efeito, terapêutico ou psicológico: enquanto ele esteve ali, ela não sentiu sintomas de sua doença. O casal, agradecido, hospedou em sua casa e pagou suas despesas para que ele morasse ali, continuando o tratamento. Ele havia adquirido seus dois primeiros seguidores.

Nos meses seguintes, o curandeiro, um homem de meia idade e analfabeto, expandiu suas ambições. Praticamente mandava na casa, criando desavenças entre o casal e jogando um contra o outro. Começou a dizer que era um servo de Deus, que “havia sido enviado para apartar o bem do mal”. Com uma roupa que misturava trajes de médico e padre, começou a realizar consultas para os moradores da região, fazendo um sucesso considerável: de acordo com um depoimento, ele chegava a realizar até quarenta consultas por dia. Algumas vezes cobrando a consulta, outras vezes apenas os remédios, estava ganhando bem com suas curas. A vida estava agradável para o curandeiro, e poderia ter continuado assim se um outro lado de suas atividades não tivesse sido descoberto.

O casal que o hospedava tinha uma filha adolescente, com o casamento já marcado para o início do ano seguinte. O “servo de Deus” havia sido convidado como padrinho, mas recusou, dizendo que ele mesmo tinha capacidade para realizar o casamento e até mesmo batizados. A confiança de todos da casa no suposto homem de Deus era tamanha que ninguém viu problema em deixar a adolescente a seu serviço todos os dias para ajudar na preparação dos remédios. Isso é, ninguém viu problema até o dia em que seus pais descobriram que ela estava grávida de três meses. Havia sido seduzida pelo curandeiro, que dizia precisar de uma “profetisa”. Ela queria ter contado antes o que acontecera, mas ele ameaçou matar toda a família, dizendo ter poderes sobrenaturais e ser capaz de eliminar uma pessoa sem encostar nela.

Foi o fim das curas do “servo de Deus”. O agricultor explicou a situação à polícia, que prendeu o curandeiro ao tentar fugir para Barros Cassal, onde morava com sua família: era casado e pai de oito filhos. Ele tentou se defender de todas as formas possíveis, claro: disse que nada tinha acontecido entre ele e a jovem; que não cobrava por seus remédios e apenas estava realizando seu dever de caridade como espírita. Foi em vão, pois o curandeirismo era crime, como continua sendo até hoje, se aproveitar de uma menor era ainda mais grave e as provas contra ele eram convincentes. Recebeu pena de quase cinco anos de prisão, sendo chamado pelo juiz de “pretensão místico explorador da boa fé e credence exagerada” da população rural, que vivia em estado de abandono social. Como o juiz poderia saber que, quase cinquenta anos depois, o curandeirismo estaria ainda vicejando no campo e nas cidades?

Data : 01/01/2010

Título : Atirando os Fatos pela Janela

Categoria: Artigos

Descrição: Acompanhar discussões pela internet, em fóruns, blogs e sites de notícias, é uma boa maneira de gastar inúmeras horas lendo argumentos e contra-argumentos sem chegar a conclusão nenhuma, mas também pode ser uma oportunidade de aprender um pouco.

Acompanhar discussões pela internet, em fóruns, blogs e sites de notícias, é uma boa maneira de gastar inúmeras horas lendo argumentos e contra-argumentos sem chegar a conclusão nenhuma, mas também pode ser uma oportunidade de aprender um pouco. Por trás das discussões muitas vezes repetitivas, existem alguns padrões que podem ser percebidos com uma certa paciência. Como cada um tende a enxergar o que quer, eu me interessar especialmente pelas analogias históricas.

As mais comuns, que praticamente ninguém mais aguenta ver, são as comparações com Hitler e os nazistas. Dizer que qualquer coisa de que não se goste é algo que o Führer faria ficou tão corriqueiro online que deu origem à “Lei de Godwin”: à medida que uma discussão se desenvolve, a probabilidade de surgir uma comparação com Hitler tende a 100% (e esse é o ponto em que a lógica e a civilidade saem para passear, deixando o campo de batalha nas mãos da pura agressividade). Alguns casos bastante bizarros podem ser conferidos no site [Tvtropes.org](http://Tvtropes.org), que para listá-los criou uma página intitulada “Hitler comia açúcar”, tentando mostrar um fato que deveria ser autoevidente: não é por uma pessoa ser má que tudo o que ela faz é maligno por associação. Hitler foi mau por ter promovido guerras, racismo e genocídio, ao invés de essas coisas serem más apenas porque foram cometidas por ele. Logo, deveria ser possível gostar de cachorros, ser vegetariano – e comer açúcar – sem se preocupar se um certo nazista fazia isso ou não. Para quem discorda, sugiro que pare a leitura: Hitler sabia ler.

Outra presença frequente são frases famosas, em geral com conotações políticas, como é o caso de dizer, ao invés de alienação, “pão e circo”, o que não seria ruim se as frases feitas fossem usadas mais vezes para complementar a argumentação, e não substituí-la como se fossem observações profundas por si só (e note que “circo” quase sempre significa “formas de entretenimento que eu desaprovo”). Mais engraçadas, ou mais tristes, são as frases apócrifas atribuídas a personagens famosos. Tomando dois exemplos, lamento informar que Luís XIV nunca disse “o Estado sou eu” e tampouco Maria Antonieta foi a responsável pelo “que comam brioche”. Citações apropriadas para colocar na boca de políticos que menosprezem a população hoje em dia, mas atribuí-las erroneamente para ostentar um verniz de cultura é um desrespeito aos fatos.

Mas a hora de não desrespeitar os fatos, mas atirá-los pela janela sem cerimônia, é quando começam as comparações com a Idade Média europeia. Tudo o que é atrasado, brutal ou opressivo está fadado a levar o adjetivo “medieval”, mesmo que seja algo que só faz sentido em nossos próprios dias brutais. Mostrar que a Europa medieval não era particularmente ruim, que a maior parte das desgraças atribuídas a ela pertencem ou a outras épocas (a inquisição espanhola, a caça às bruxas, as pessoas acharem que a Terra é plana) ou a todas (quem souber de uma época sem violência, opressão e torturas, faça o favor de trazer uma máquina do tempo para que eu possa providenciar minha mudança), ou mesmo nunca aconteceram, seria um trabalho

que demandaria livros. Hoje, vamos considerar apenas um desses casos em que a percepção comum é uma, e a realidade, outra: o mito de que a Idade Média foi uma época em que a Europa (o único lugar que as pessoas pensam que tem passado) era controlada totalitariamente por uma Igreja católica repressora, chefiada pelo papa.

A Europa custou muito a ser cristã. A conversão do imperador romano Constantino no início do século 4 e a decorrente tolerância do cristianismo não puseram um fim imediato à religião romana, que persistiu durante muito tempo diante do crescente vandalismo e intolerância dos ex-perseguidos que agora faziam as vezes de perseguidores, e nem acabou do dia para a noite no final do mesmo século, quando Teodósio criminalizou as práticas religiosas pagãs. Fora do território romano, a situação não era menos complexa: grande parte dos povos germânicos já era cristã antes da queda do império, mas seguiam principalmente as ideias arianistas, segundo as quais o Filho não era igual ao Pai; de um ponto de vista católico, eram hereges que precisavam ser convertidos, e aos poucos o foram. As terras mais distantes levaram mais tempo a aceitar a nova religião: a Saxônia foi convertida à força por Carlos Magno no século 8; o reino da Hungria começou sua cristianização no século 10; a Dinamarca e o principado de Kiev (precursor do que um dia seria a Rússia), no final do milênio, e mesmo enquanto nessas e outras áreas o proselitismo havia dado frutos, a Espanha continuaria a abrigar muçulmanos por séculos.

Nem toda a Europa era cristã o tempo todo, nem toda ela era católica. Com a divisão do império e o fim da parte ocidental, os cristãos de cada lado começaram a seguir rumos diferentes: de um lado, um cristianismo baseado em teólogos latinos e na tradução latina da Bíblia, e por muito tempo sem uma liderança capaz de se impor decisivamente, como veremos a seguir. Do outro lado, um cristianismo com teologia grega, uma Bíblia grega e uma liderança clara: o imperador nomeava o patriarca de Constantinopla, o principal membro do clero, e assim a teologia seguia as preferências dos governantes – se o bispo da distante Roma se opusesse, por muito tempo o herdeiro dos césores tinha a opção de prendê-lo e destituí-lo, ou simplesmente ignorá-lo. Aos poucos as diferenças aumentaram ao ponto da hostilidade aberta, e hoje católicos e ortodoxos apenas começam a esboçar sua reaproximação.

Outro engano está em ver o clero católico do passado como o de hoje, com uma hierarquia autônoma e clara, culminando no papa. Por todo o primeiro milênio, o bispo de Roma era, na prática, pouco mais que um bispo entre outros. Sendo aceito como sucessor de São Pedro, e ocupando a cidade de origem do império, ele dispunha de um prestígio maior que os demais, e sua posição de destaque era reconhecida em tese. Mas o que ele poderia fazer se, a milhares de quilômetros de distância, alguém pregava doutrinas diferentes das suas, ou se algum rei resolvia nomear ele mesmo os seus bispos? Muito pouco. O papado só concretizou sua liderança de fato dos católicos a partir do século 11, ao capitanear a reforma gregoriana, um movimento que buscava moralizar a Igreja e, para isso, separá-la do resto da sociedade, impedindo que laicos nomeassem membros do clero, e reafirmando o celibato clerical, entre outras medidas. Mas mesmo essa Igreja revitalizada, e agora mais centrada na sé romana, não podia simplesmente mandar e desmandar na sociedade, pois, se a Igreja estava mais forte, os Estados também estavam. O papa que mais defendeu a sua superioridade sobre todos os demais, inclusive os reis, foi Bonifácio VIII, no final do século 13. Não aprovando as pretensões de Bonifácio, o rei francês Filipe IV

fez com o papa fosse esbofeteado e preso, e induziu o seu sucessor a mudar-se para Avignon, junto à França, onde seria fácil intimidá-lo; e aí os papas permaneceram por décadas. Talvez Bonifácio VIII fosse mais falho que os pontífices mais recentes, já que o dogma da infalibilidade papal só foi aceito no século 19.

Finalmente, dizer que essa Igreja era opressora é questionável. Na maior parte do tempo, ela estava desunida demais para reprimir energicamente o que fosse. Certamente houve opressão e atos questionáveis, mas eles são uma parte de um todo mais variado. A Igreja que incentivou as cruzadas também incentivou o desenvolvimento das primeiras universidades europeias. A Igreja que perseguiu os cátaros (grupo que acreditava que este mundo e tudo o que pertence a ele, incluindo a Igreja, eram malignos) do sul da França foi a mesma que gerou Francisco de Assis. Se um bispo de Paris tentou banir os textos de Aristóteles das universidades em 1277, sem muito sucesso, outros membros do clero eram pensadores criativos nos domínios da cultura e das ciências: Roger Bacon, Guilherme de Occam e Nicolau de Oresme, entre outros. A verdadeira guinada reacionária só aconteceu mais tarde, quando o sucesso do protestantismo colocou os católicos na defensiva.

Muito mais poderia ser dito a respeito, mas se o que já foi mencionado ajudar a melhorar ao menos um pouco o nível das comparações históricas que são feitas na internet e fora dela, este texto terá cumprido seu papel.

Data : 01/01/2009

Título : Bandidos Cordiais

Categoria: Artigos

Descrição: O calor humano do brasileiro é responsável pelas dificuldades de nossa democracia?

Ter formação em história é uma coisa curiosa; quando uma pessoa se depara com um historiador, a reação mais comum é olhar para ele como se pertencesse a uma espécie em extinção e dizer: “eu também sempre quis fazer história” (obviamente, a vontade não era tanta assim; se todos que dizem isso levassem sua intenção a sério, teríamos um novo curso mais disputado nas universidades). A segunda reação mais comum é uma expressão ligeiramente cética e a inevitável pergunta: “certo, mas para que serve isso?”.

Ao contrário do que pode parecer, a história serve para várias coisas. Uma delas – não a única, mas uma das mais importantes – é ajudar a explicar o presente, colocando-o em um contexto. O preço de viver em um mundo onde todo tipo de informação pode ser obtido rápida e abundantemente é uma tendência ao imediatismo, a esquecer que muito do que vemos agora tem uma explicação no que veio antes.

Por exemplo, nossos problemas políticos. Enquanto as crises do governo federal e estadual se prolongam e tornam-se mais e mais surreais, seria compreensível pensar que a política brasileira está pior do que nunca – que finalmente chegou ao fundo do poço. Mas quando foi que a vida política por aqui foi muito mais do que uma série de escândalos, acusações de todo tipo, acordos suspeitos e

impunidade geral? Qual foi o último ano em que não pensamos que nossos supostos representantes estavam elevando seu desprezo por nós a proporções inéditas? Certamente, nem todos os políticos usam seus cargos para enriquecer às nossas custas, e talvez nem mesmo a maioria; igualmente certo é o fato de que a corrupção não é exclusividade brasileira; mas a crise moral permanente que assola a maior parte de nossos governos ao longo das décadas levanta uma questão interessante: por que a desonestidade é um fator tão constante na política do Brasil?

Essa pergunta não tem uma resposta simples, já que muitos elementos contribuem nesse sentido. Alguns, como a inconsistência dos partidos e a impossibilidade de tantos candidatos terem tempo para apresentar suas propostas, poderiam ser resolvidos com alterações na legislação eleitoral. Outros são mais profundos: há algumas décadas, Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, mostrou que uma das chaves do problema é nosso caráter cordial, que tinha suas origens ainda nos tempos da colonização, em que a convivência ficava em grande parte restrita ao âmbito familiar. O homem cordial que Buarque descreveu é alguém que determina todas suas relações, boas e ruins, pela personalidade, pela afetividade, pelos sentimentos: para ele, relações impessoais são algo quase inimaginável. É mais ou menos assim que agimos no dia-a-dia, quando tantas vezes tentamos transformar cada taxista, cada lojista, cada cliente, cada um com quem travamos contato, em um amigo. As relações impessoais ainda hoje nos parecem muito frias, desprovidas de calor humano, devendo ser evitadas quando possível. Isso parece tão natural que o leitor deve estar se perguntando o que isso tem a ver com a política.

Na verdade, tem tudo a ver. Em um Estado democrático de direito, onde todos em tese são iguais, os servidores públicos deveriam agir de forma impessoal, tratando todos igualmente, sem serem levados por suas próprias preferências. Um governante deveria promover o bem de toda a comunidade, amigos ou inimigos. E é aqui que vemos as falhas do homem cordial: ele não consegue ser imparcial, não consegue não dar preferência aos seus amigos em detrimento de todos os outros. Senadores que distribuem cargos entre parentes e conhecidos, mesmo que não tenham qualificação ou que o cargo nem precisasse existir, estão sendo perfeitamente... cordiais. Os que fazem acordos para livrar seus parceiros da devida punição, também. Fica para o leitor o exercício de ver o quanto a teoria de Buarque explica muitos aspectos de nossa vida, e o quanto nossos políticos não são senão um reflexo em grande escala de nossos comportamentos diários. Talvez a solução para o Brasil seja começar repensando nossas próprias atitudes.

Data : 01/01/2010

Título : Em Defesa da História

Categoria: Artigos

Descrição: Historiadores são menos importantes que repentistas e enólogos?  
O governo brasileiro pensa que sim!

Circula pela Câmara dos Deputados um projeto de lei (no 3759/2004) buscando regular a profissão de historiador. Não é o primeiro projeto nesse sentido e, como ele está indo de uma gaveta a outra desde 2004, é de se pensar que os historiadores talvez não sejam uma prioridade para os representantes do povo. Isso poderia ser explicado pela falta de um lobby forte, mas existem outras profissões, já regulamentadas, que também não têm grande força política, como massagistas, instrutores de trânsito, repentistas e enólogos, entre outros. O mais provável é que, enquanto que todos sabem a importância de um instrutor de trânsito, ninguém esteja muito seguro de por que, exatamente, temos historiadores à solta. Sem entrar no mérito do projeto mencionado, gostaria de tentar justificar nossa existência ao público.

O que fazem os historiadores, além de atormentar os alunos de colégio (ou, com uma frequência preocupante, de ser atormentados por eles)? Simplesmente o óbvio: aprofundar nosso conhecimento e compreensão da história e divulgá-lo. Mas de que adianta isso? Para que serve a história? Apesar de isso nem sempre ser dito aos alunos que tentam apenas decorar o conteúdo para passar no vestibular, ela serve para algumas coisas. Em primeiro lugar, ajuda a explicar o presente, fornecendo um contexto para as pequenas e grandes situações que vivemos. Por que o Brasil é um só país, enquanto a América espanhola se fragmentou em tantos pedaços? Por que os Estados Unidos se tornaram a principal potência mundial, enquanto o Brasil nunca conseguiu emplacar? Por que a maior parte dos brasileiros concilia um catolicismo nominal com crenças afrobrasileiras e espíritas que deixariam o papa de cabelo em pé? Por que você está lendo um texto impresso em um material desenvolvido na China (o papel), com letras derivadas dos fenícios, em um idioma derivado do latim que, ao longo do tempo, sofreu influências árabes e indígenas, entre outras? Eis uma função da história: dizer porque acabamos vivendo de uma certa maneira, e não de outra qualquer.

Apesar de isso ser importante, a história seria pouco mais do que umbigologia se não fosse além desse ponto, o que leva a uma segunda função: mostrar as outras maneiras de viver que foram adotadas ao longo do tempo, seja por nossos ancestrais ou por outros povos, e mostrar que essas variações da arte da vida possuem motivos para existir. Em outras palavras, explicar que não tem cabimento pensar que os povos do passado eram apenas estágios incompletos do desenvolvimento do que viriam a ser os brasileiros do século 21, mas que eram pessoas com valores próprios, vivendo em situações próprias e lidando com seus próprios problemas, assim como nós. Por exemplo, até poucas décadas atrás, a humanidade resolvia suas necessidades de comunicação sem internet e celulares, sem sentir falta desses recursos inexistentes. Se isso parece óbvio aos que viveram essa época, é algo que precisará ser explicado à próxima geração, que não conheceu nada diferente. É preciso explicar, da mesma forma, que nem todos os povos atuais vivem como os brasileiros, e que eles têm suas razões para agir como agem. Existem causas pelas quais os japoneses mantêm o sistema de escrita mais complexo do mundo, ao invés de se converterem ao nosso alfabeto; causas pelas quais os chineses mantêm um sistema político muito diferente da nossa democracia de “um voto a cada quatro anos”; causas pelas quais os muçulmanos não veem problemas em um homem ter várias mulheres, enquanto nós preferimos manter apenas uma pessoa por vez, ao menos oficialmente. Não que a nossa cultura seja a única com falhas e todas as

demais sejam perfeitas. Mas, antes de querer mudar os outros, faz sentido perguntar-se: “afinal, o que os tornou diferentes?”.

Existe pelo menos mais uma função para a história e os historiadores, provavelmente a menos popular de todas, por ofender muitas sensibilidades: a de questionar mitos e certezas. O tempo todo, as pessoas legitimam seus comportamentos e suas identidades apelando ao passado: CTGs que preservariam o “verdadeiro gaúcho”, políticos que fazem o que “nunca antes na história deste país” se viu, religiosos que baseiam sua moralidade no que aconteceu na Palestina há dois mil anos atrás, e por aí vai. Os historiadores têm muito o que dizer sobre esses e outros usos do passado, do mesmo modo que os médicos deveriam ser consultados sobre supostos remédios milagrosos. E, se às vezes os remédios são realmente bons, no mais das vezes o seu único efeito é o placebo. As apropriações da história não são muito diferentes. Não que os historiadores queiram se comparar aos médicos, mas talvez o leitor venha a concordar que eles são, pelo menos, tão importantes quanto os repentistas.

Data : 01/01/2010

Título : Há Cem Anos, Do Outro Lado do Mundo

Categoria: Artigos

No mês de setembro, é inevitável que nós, gaúchos, pensemos mais que o usual sobre o passado. Não por alguma nostalgia inerente ao nosso caráter, mas porque nesse mês celebramos duas datas, o 7 e o 20, importantes e contraditórias entre si: a celebração da nação e a tentativa frustrada do estado de se separar dessa nação. Mas deixo a outros a tentativa de compreender nossas pequenas bizarrices e passo a um tema diferente e menos explorado: provavelmente a maior parte dos brasileiros não sabe que, em 2010, faz cem anos que, do outro lado do mundo, o Japão anexava a Coreia.

Isso remonta ao imperialismo oitocentista. Na metade daquele século, europeus e americanos, em sua expansão mundo afora, extorquiram acordos desiguais de comércio, entre outros países, da China e Japão. O império chinês mergulhou em uma crise profunda (incluindo a Revolta Taiping, de inspiração cristã, que causou talvez 20 milhões de mortes) e por pouco não foi completamente repartido entre os estrangeiros. Já o governo japonês fracassou em “expulsar os bárbaros” mas, após uma mudança de regime, conseguiu manter a unidade e seguir a industrialização e modernização que haviam dado uma vantagem aos ocidentais. Realmente, os japoneses aprenderam tão bem a lição que, pouco tempo depois, estavam eles mesmos obtendo tratados extorsivos do reino vizinho da Coreia, que em 1910 culminaram na simples anexação do território.

De que adianta sabermos isso? Certamente ajuda a explicar algumas situações atuais. Foi graças à anexação de 1910 que, quando o Japão foi derrotado na II Guerra Mundial em 1945, a Coreia estava entre os espólios dos vencedores. Na lógica de confronto da guerra fria que se formava, ela foi dividida em duas e continua assim ainda hoje, sem perspectiva de mudanças: ao sul, uma das economias mais avançadas do mundo; ao norte, um regime ditatorial e

empobrecido cujo líder, Kim Jong-Il, parece prestes a nomear seu filho para sucedê-lo, no que será a terceira geração da mesma família a comandar o país. Ou talvez haja no comportamento japonês em relação aos coreanos alguma lição profunda sobre nos tornarmos aquilo que odiamos, lembrando a velha metáfora nietzscheana dos caçadores de monstros que também se tornam monstros. Ou talvez a lição, se houver, seja completamente diferente. Como não tenho pretensões de ser moralista, deixo aos leitores a tarefa de tirar conclusões.

Data : 23/10/2012

Título : Inexprimível

Categoria: Contos

Inexprimível

Emanuel Reichert

O escritor contemplava uma folha em branco e a caneta imóvel sobre ela. “Devo escrever uma crônica,” pensou ele, “e como é dezembro, por que não fazer algo sobre a época, o Natal e o final de ano?” Com essa ideia em mente, ele pegou a caneta e pôs-se a escrever.

E com a doçura do riso ele escreveu: sobre o fim de uma fase da vida e a chance de um recomeço, sobre alegria, amor e fraternidade, amigos e familiares fazendo visitas e trocando presentes, sobre pessoas tendo bons momentos juntas ao lado umas das outras, sobre árvores de Natal e panetones, Papai Noel e filmes bobos na televisão, presépios e luzes, Jingle Bells e perus, meia-noite e champanhe. Sobre a importância de, ao menos alguns dias por ano, tentarmos ser pessoas melhores. Sobre decisões de Ano Novo e lentilhas, sobre praias e fogos de artifício.

“Artifício,” disse o escritor ao revisar o texto que fizera. “Por acaso entrei no ramo da auto-ajuda sem perceber? De que adianta repetir os velhos clichês em que ninguém realmente acredita, só para que as pessoas se sintam bem consigo mesmas por cinco minutos? Não, não é isso que quero! Não quero criar uma felicidade barata, mas causar reflexões.” Com essa ideia em mente, ele pegou a caneta e pôs-se a escrever.

E com a amargura do cinismo ele escreveu: sobre a futilidade de crer que uma mudança no calendário altera qualquer coisa na vida, sobre sorrisos forçados e brindes de Natal entre pessoas que logo estariam se odiando novamente, sobre consumismo e um aniversariante esquecido em meio às comemorações, sobre um velho encasacado nas cores da Coca-Cola em pleno verão, sobre decisões tomadas no dia 31 e esquecidas antes do dia 2. Sobre a ironia de os vilões dos filmes de Natal serem maus e rancorosos por não acreditarem em Papai Noel, enquanto os heróis nunca esquecem de suas fantasias de infância, e o pequeno detalhe de, no mundo real, os vilões terem um tanto de razão. Sobre a ilusão de tentarmos ser melhores no final de ano, ao invés de confessar que tudo é uma desculpa para uma longa semana de festas.

“Uma desculpa,” disse o escritor ao revisar o texto que fizera. “Fugir dos clichês da falsa alegria foi só uma desculpa para abraçar os clichês da falsa tristeza. Por acaso quero repetir os velhos clichês em que ninguém acredita, só para que as pessoas se sintam desconfortáveis por cinco minutos? É claro que não! Não quero criar uma depressão barata, mas mostrar a vida como ela é.” Com essa ideia em mente, ele pegou a caneta e pôs-se a escrever.

E com a volubilidade da vida ele escreveu: sobre amantes que viam os fogos à meia-noite de mãos dadas, esquecidos do mundo, e sobre solitários que choravam até dormir depois de uma ceia requentada, não menos esquecidos do mundo. Sobre pessoas seriamente dispostas a perder peso, parar de fumar, arrumar um amor ou um emprego no próximo ano, e sobre chineses para quem o ano ainda estava a quase dois meses do fim. Sobre os que celebravam a magia do Natal e aquele lado infantil que nunca desaparece de dentro de nós, e sobre os que estavam mais preocupados com o presente que os aguardava ao pé da árvore. Sobre aqueles que comemoravam o nascimento de seu salvador e aqueles convictos de que entregar a tarefa da salvação aos outros é fugir da própria responsabilidade.

“Responsabilidade,” disse o escritor ao revisar o texto que fizera, “foi o que me faltou ao entrar nesta iniciativa tresloucada. Como posso reduzir todos os aspectos da vida a um punhado de palavras? Talvez faça mais sentido experimentar o mundo do que tentar descrever o inexprimível.” Com essa ideia em mente, ele pegou a caneta e abandonou-a em cima do papel.

Data : 01/01/2011

Título : Lovecraft e a Crise do Antropocentrismo

Categoria: Artigos

Descrição: Contos de terror são, como tudo o mais que a humanidade produz, sintomas do estado de sua cultura.

Falar de períodos de crise é fácil; definir o que exatamente conta como uma crise é mais difícil. Mesmo assim, não parece exagerado dizer que a primeira metade do século 20 foi uma fase de crise para a civilização ocidental. Se alguém duvida, que vá discutir com Eric Hobsbawm - foi ele que chamou o período de 1914 a 1945 de "Era da Catástrofe".

As duas guerras mundiais desempenharam sua parte nisso, com o ápice da ciência e tecnologia sendo empregado para facilitar a morte em grande escala. Material e moralmente, os países europeus foram abalados pelas guerras - não é por acaso que em 1918 o historiador Oswald Spengler publicou O declínio do Ocidente, livro que pretendia mostrar que as civilizações passavam por fases de ascensão e queda (o título do livro já conta o que ele pensava do estado da sua própria civilização). Com o final da I Guerra, um livro que antes pareceria absurdo tornou-se um grande sucesso. Mas o problema era anterior a 1914, e seus sintomas culturais podem ser percebidos retrospectivamente: o século 20 começou com transformações nas ciências (Einstein e sua teoria da relatividade especial, de 1905), na psicologia (A interpretação dos sonhos, primeiro grande

trabalho de Freud, foi publicado em 1899) e na arte (Les demoiselles d'Avignon, de Picasso, de 1907).

As mudanças tinham um vínculo entre si: todas foram no sentido de tornar o mundo um lugar mais difícil de compreender. Einstein substituiu o mundo bem ordenado de Newton por um onde o tempo e o espaço eram relativos; concordemos ou não com a psicanálise, Freud mostrou que não éramos os seres racionais que pensávamos ser, e nem ao menos os senhores de nossas próprias mentes, sujeitas a influências que nos passam despercebidas; as artes visuais, das quais Picasso é apenas um dos expoentes, afastavam-se cada vez mais do realismo em busca de novos mundos, interiores e imaginativos, a explorar. O ser humano racional, senhor de si e do mundo, estava em baixa.

Como seria de esperar, a crise teve consequências também na literatura - tomando o caso mais famoso, foi em 1922 que James Joyce publicou *Ulysses* com sua narrativa tortuosa e repleta de fluxos de consciência. Mas Joyce não era o único escritor importante na ativa. Outro autor que transformou a literatura, infelizmente um tanto menos conhecido no Brasil, foi o americano Howard Phillips Lovecraft (1890-1937). Influenciado principalmente por Edgar Allan Poe, Lovecraft foi um dos principais escritores de histórias de terror do século 20. Sua grande contribuição ao gênero, que reflete bem a época em que viveu, consistiu em tirar a importância dos seres humanos e descrever um universo que não foi feito para nós e que não fomos feitos para compreender.

Para a literatura de terror anterior, a humanidade estava, de alguma forma, no centro do palco. Nos contos de Poe, o terror estava na insanidade e naquilo que um louco é capaz de fazer (*O gato preto*, *Coração delator*, *O barril de Amontillado* - a lista dos loucos assassinos em Poe não é pequena). *Frankenstein*, de Mary Shelley, não é sobre um monstro ensandecido, mas sobre a responsabilidade de um criador negligente, o dr. Frankenstein, por sua criatura imperfeita, que ao ser abandonada por seu criador e rejeitada pelo mundo acaba trilhando o caminho do mal - a analogia com a relação entre o Deus cristão e a humanidade é evidente. *Drácula*, de Bram Stoker, é sobre a luta dos protagonistas armados com a ciência moderna para proteger a civilização inglesa - e as mulheres inglesas - de um monstro primitivo, perigoso mas infantil, saído do interior da Transilvânia, além dos limites da Europa civilizada. E, como os cineastas posteriores mostraram com clareza excessiva, é também sobre o fascínio e o medo da sedução: afinal, o vampiro sai à noite em busca de virgens inocentes, que depois de seu ataque são transformadas em mulheres agressivas e também sedutoras - de novo, a metáfora está aí para quem quiser ver. E a lista poderia seguir porque, de alguma forma, as pessoas ocupam lugar de destaque nas histórias de terror: contos de fantasmas com suas tragédias antigas, *O médico e o monstro*, em que o monstro é o lado negro do ser humano, e assim por diante.

Até que Lovecraft tirou esse papel de destaque que ocupávamos até então. Suas histórias, como quaisquer outras de terror, são sobre medos humanos, mas o medo aqui é o de ser uma criatura insignificante vivendo em um universo estranho e hostil, que parece mais estranho e hostil quanto melhor o compreendemos. Na mitologia de Lovecraft, o mundo não é governado por deuses ou demônios, que ao menos são seres com motivações humanas e compreensíveis, e que se ocupam com a humanidade, seja para salvá-la ou corrompê-la. A perspectiva lovecraftiana é pós-religiosa: os "deuses" são seres alienígenas cujas motivações são incompreensíveis, cujas formas verdadeiras podem enlouquecer uma mente humana limitada, e que simplesmente não se

importam com a humanidade, estando tão acima dela que nem percebem sua existência. A humanidade, longe de desempenhar um papel cósmico central, é uma espécie comum que apenas conseguiu dominar um planeta comum porque os seres realmente avançados se afastaram temporariamente. Mas eles voltarão:

Nem devemos pensar que o homem é o mais antigo ou o último dos mestres da Terra, ou que a vida e substância comum estão sozinhas. Os Antigos eram, os Antigos são e os Antigos serão. Não nos espaços que conhecemos, mas entre eles, eles andam serenos e primevos, sem dimensões e invisíveis para nós. Yog-Sothoth conhece o portal. Yog-Sothoth é o portal. Yog-Sothoth é a chave e o guardião do portal. Passado, presente, futuro, todos são um em Yog-Sothoth. Ele sabe por onde os Antigos entraram no passado, e por onde Eles entrarão novamente. Ele sabe onde Eles percorreram os campos da Terra, e onde Eles ainda os percorrem, e porque ninguém pode observá-los enquanto andam. (...) Sua mão está em vossas gargantas, e nem assim os vedes; e Sua morada é uma com seu umbral protegido. Yog-Sothoth é a chave do portal, onde as esferas se encontram. O homem governa agora onde Eles já governaram; Eles em breve governarão onde o homem governa agora. Depois do verão vem o inverno, depois do inverno, o verão. Eles aguardam pacientes e potentes, pois aqui Eles reinarão novamente. (O horror de Dunwich, c. 5)

Ainda pior que a existência de monstros completamente desumanos que ameçam a humanidade sem nem perceber é o problema de esses monstros serem reflexos de um cosmos não menos desumano.

A coisa mais misericordiosa do mundo, acho, é a inabilidade da mente humana de correlacionar todos seus conteúdos. Vivemos em uma ilha plácida de ignorância em meio aos mares negros do infinito, e não fomos feitos para viajar longe. As ciências, cada uma avançando em sua própria direção, até o momento nos fizeram pouco mal; mas algum dia a reunião do saber agora desconexo abrirá panoramas tão aterrorizantes da realidade, e de nossa posição assustadora nela, que iremos ou enlouquecer com a revelação ou fugir da luz rumo à paz e segurança de uma nova Idade das Trevas (O chamado de Cthulhu, c. 1).

Talvez por isso Lovecraft seja tão atual mais de 70 anos depois de sua morte: o medo de que ele fala continua vivo sob a superfície. Como se sentir confortável com o pensamento de que vivemos em um universo que não surgiu por nenhum motivo aparente, evoluímos como qualquer outra espécie, sem um desígnio especial por trás disso, nossos cérebros não foram feitos para compreender a verdadeira estrutura do mundo (quem realmente consegue compreender a vastidão de um ano-luz, de um milhão de anos, ou a estranheza de que tudo aquilo que vemos ao nosso redor e consideramos sólido, inclusive nós mesmos, são aglomerados de pequenas partículas em meio ao vazio?), e não há nenhuma base segura no mundo para nossos ideais de beleza, paz, razão e justiça?

Algumas religiões oferecem uma resposta, identificando o sentido do mundo com a vontade divina. Uma alternativa não religiosa foi pensada pelos filósofos existencialistas (de Nietzsche, que viveu antes de surgir o termo existencialista, em diante): o sentido não é inerente ao mundo, então só pode ser criado por

nós. A vida tem o sentido que dermos a ela. Acho que os existencialistas estão mais próximos da verdade, o que não deixa de ser uma pena: o existencialismo não oferece o conforto emocional das religiões.

Qualquer que seja a sua resposta, dê uma chance aos contos de Lovecraft. Existem traduções para o português à venda nas livrarias, e a versão original em inglês pode ser encontrada online. Veja como você reaja à perspectiva de um mundo assustadoramente sem sentido, e então olhe ao redor...

Data : 12/12/2010

Título : Mulheres, história, literatura

Categoria: Artigos

Descrição: De todos os grupos minoritários que costumamos esquecer de incluir na história, cabe papel de destaque para um que não tem nada de minoritário e consiste, na verdade, em metade da população mundial.

De todos os grupos minoritários que costumamos esquecer de incluir na história, cabe papel de destaque para um que não tem nada de minoritário e consiste, na verdade, em metade da população mundial. Estou falando, naturalmente, das mulheres. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que elas tradicionalmente ficaram mais ou menos relegadas à vida doméstica, privada, enquanto a história por muito tempo se concentrou nos grandes acontecimentos da vida pública.

Esse foco está mudando aos poucos, mas a essência permanece. Se um leitor me disser que gosta da Grécia antiga, posso supor com bastante segurança que ele sabe um pouco sobre a alta cultura - a tríade filosófica Sócrates-Platão-Aristóteles, a tríade de dramaturgos trágicos Ésquilo-Sófocles-Eurípides, a tríade de historiadores Heródoto-Tucídides-Políbio, poetas como Homero, cientistas como Arquimedes - e um pouco sobre os grandes acontecimentos políticos e militares - a construção da democracia ateniense, as guerras com os persas, a Guerra do Peloponeso, a ascensão de Alexandre - mas provavelmente sabe pouco ou nada de como viviam os gregos em seu dia-a-dia. Como o envolvimento feminino na alta cultura, na política e na guerra na Grécia clássica eram bastante desencorajados, para dizer o mínimo, ele só saberá que terão existido mulheres ali porque, de alguma forma, todos esses homens famosos precisavam se reproduzir.

A Grécia clássica é um caso extremo, e em geral as mulheres encontraram formas de participar da vida pública e dos grandes acontecimentos. Algumas foram rainhas reinantes, de Hatshepsut e Cleópatra às duas Elizabeths da Inglaterra e Catarina da Rússia. Outras eram o poder por trás do trono: Lívia, esposa do primeiro imperador romano, Augusto, era tão temida quanto o marido. É extremamente provável que Nero tenha matado sua mãe, Agripina. Ele fez isso por ser mau e bandido? Não exatamente. Na verdade, ele respondeu do seu modo violento a um problema sério para qualquer imperador megalomaníaco de respeito: a influência política de Agripina era comparável a do próprio Nero, e dizia-se que ela tinha envenenado o imperador anterior, seu marido Cláudio, para apressar a subida de Nero ao poder. Se casar com um

imperador, envenená-lo e continuar exercendo força política através do filho por alguns anos não é uma carreira importante, não sei o que é.

Além das rainhas, as mulheres estiveram em quase todos os campos possíveis. Elas foram desde cientistas, como Marie Curie e a marquesa du Châtelet (mais conhecida por ser amante de Voltaire, também contribuiu para a física do século 18) até ativistas, como Mary Shelley (a mesma de Frankenstein) e Olympe de Gouges, que em plena Revolução Francesa propôs uma Declaração dos Direitos da Mulher. Mas a ideia de Olympe não deu certo, e seu carrasco Robespierre continua sendo mais conhecido do que dela.

Contudo, integrar as mulheres na história não pode ser feito simplesmente mencionando exceções como essas. Apesar de todas essas mulheres terem levado vidas interessantes, elas foram algumas das raras "vencedoras" em um jogo em que a maioria não tinha como vencer e realizar grandes feitos (o que também se aplica à maior parte dos homens). Mencionar Olympe de Gouges numa história da Revolução Francesa simplesmente substitui uma história dos grandes homens por uma dos "grandes homens... e uma mulher", quando a maior parte dos homens não era como Robespierre, Danton ou Napoleão, e a maior parte das mulheres não era como Olympe.

Uma alternativa é partir para os grandes processos históricos e ignorar o indivíduo, fazendo uma história da Revolução Francesa voltada para a ascensão da burguesia e do nacionalismo, ou o que for, e que possa passar igualmente sem Olympes e Robespierres. Para mim, os processos são importantes, mas pensar só neles é tirar o "cheiro de humanidade" da história, e atribuir toda a capacidade de agir e realizar mudanças a forças impessoais e não a pessoas concretas. Sinto muito, mas acho que não funciona. O que pode funcionar é aumentar nossos horizontes gradualmente, até que alguém encontre uma maneira de juntar todas as pontas soltas. Como um exemplo disso, gostaria de mostrar um pedaço da história, muito ignorado por aqui, onde as mulheres tiveram participação importante - o Japão antigo.

O Japão atual é um lugar um tanto machista, e a imagem que se faz do japonês antigo (como a do gaúcho tradicional), é a do homem guerreiro, honrado e viril, como se alguma vez todos os japoneses tivessem sido samurais perfeitos. Deixando de lado as seleções e idealizações inerentes aos tradicionalismos, tanto os de CTGs quando os de escolas de artes marciais, os samurais não governaram o Japão desde sempre. E antes deles, o Japão era um lugar diferente.

O período Heian começou em 794, com a construção da nova capital Heian-kyô, Capital da paz e tranquilidade (atual Kyoto), e terminou em 1192, quando Minamoto no Yoritomo tornou-se o primeiro xogum, ou governante militar, inaugurando um estilo de governo pelos guerreiros que duraria até o século 19. Apenas no final do período Heian os guerreiros das províncias começaram a se aproximar do poder; por séculos, o Japão foi governado por um imperador semidivino e sua corte de civis refinados, onde as disputas políticas não eram decididas pelas armas, mas pelo prestígio. Pertencer a uma família nobre e ter um bom currículo na administração não bastava para cair nas graças do imperador ou de seus regentes do clã Fujiwara: era preciso ser sofisticado, conhecer a cultura chinesa, ter uma caligrafia elegante, saber fazer incenso ou jogar bola, mostrar apreciação pelas coisas belas da vida e, mais importante, dominar a arte da poesia. De preferência fazendo referências a poetas clássicos

chineses, pois no leste asiático a China foi por muito tempo o que Grécia e Roma foram na Europa: o modelo cultural a ser seguido e imitado.

Hoje a poesia tem sua importância cultural diminuída em toda parte, exceto na forma de música, o que torna difícil entender como ela era essencial para os aristocratas do Japão Heian. Os poemas que eles compunham de improviso pressupunham erudição e conhecimento de poesia japonesa e chinesa, que possibilitavam todo tipo de referências e trocadilhos sutis que apenas os entendidos compreenderiam. Fazer um poema, então, era uma mostra de boa formação e uma chance de falar nas entrelinhas: um poeta que conseguisse xingar um rival fazendo referência aos clássicos literários ganhava a apreciação de todos, especialmente se o insulto fosse tão inteligente que todos rissem do rival sem que ele percebesse o que tinha acontecido.

Nessa sociedade de corte, as mulheres tinham sua chance de brilhar, e elas eram participantes ativas da cultura de elite. Elas faziam a moda, compunham seus poemas para competir entre si por fama e para impressionar os homens, consumiam a literatura da época - e produziam essa literatura. Vários dos primeiros clássicos japoneses foram escritos pelas nobres de Heian-kyô, boa parte deles sendo relatos de vida, entre diários e autobiografias, muito antes de essa literatura intimista entrar em voga na literatura ocidental. O mais famoso de todos (e acredito que o único lançado em português) é o Livro de travesseiro (Makura no soshi) de Sei Shônagon, dama de companhia de uma imperatriz, escrito por volta do ano mil. O Livro de travesseiro é uma coletânea caótica e fascinante dos pensamentos da autora, incluindo dezenas de listas ("coisas que provocam impaciência", "bons temas de poesia", "coisas que não podem ser comparadas") e episódios da vida na corte, principalmente os momentos em que ela e sua imperatriz brilhavam.

Os imperadores do Japão podiam ter diversas esposas e concubinas, cada uma tendo o apoio da facção de seus parentes, e assim as preferências do imperador eram uma questão política e foco de rivalidades. Uma contemporânea de Sei Shônagon, Murasaki Shikibu, também era escritora e dama de companhia de uma imperatriz rival. Ela nos deixou seu diário onde, previsivelmente, louvava sua imperatriz e criticava Sei Shônagon e, mais importante, escreveu a História de Genji (Genji monogatari), a história ficcional de Genji, o "príncipe brilhante", que alguns classificam como o primeiro romance escrito. E que, também previsivelmente, não foi lançada no Brasil.

Data : 05/12/2010

Título : Nero e os Limites do Conhecimento

Categoria: Artigos

Descrição: Como podemos saber o que realmente aconteceu no passado?

Existem três coisas que são de conhecimento geral sobre Nero, quinto imperador romano, que governou de 54 a 68:

1 - ele era mau e bandido;

2 - de tão mau, colocou fogo em Roma. De tão bandido, tocou lira e cantou durante o incêndio;

3 - de tão mau, perseguiu cristãos. De tão bandido, matou os apóstolos Pedro e Paulo.

Existem outros fatozinhos mais ou menos conhecidos - ele matou também a própria mãe, se considerava um artista, a população celebrou a sua morte - e todos contribuem para formar a imagem de um vilão insano, digno de filmes de James Bond.

Em outras palavras, Nero se tornou praticamente um símbolo perfeito de uma das concepções que as pessoas fazem de Roma: a de um império moralmente corrompido, entregue a orgias, com uma sucessão de tiranos homicidas no governo, que passavam seus dias entre as festas e atirar os cristãos aos leões. De alguma maneira difícil de entender, essa visão consegue coexistir com a de Roma como império iluminado, o maior do mundo, fonte de leis e cultura, de altas realizações na engenharia, e que vivia se protegendo dos bárbaros que, esses sim, eram realmente maus.

Resolver essa esquizofrenia cultural seria assunto para mais de um livro, especialmente porque as duas visões vêm da própria época romana: como hoje existem pessoas que acham que o Brasil está se tornando uma potência e outras que pensam que ele está perdido, que a geração de hoje não tem moralidade, a família tradicional está desaparecendo, há bandidos em cada canto e tudo está cada vez pior, alguns romanos achavam que estava tudo bem com o império enquanto outros viam problemas por todos os lados e louvavam os bons velhos tempos em que Roma supostamente era simples e virtuosa.

Mas voltemos a Nero. Como é que sabemos que ele era desse ou daquele jeito, que fez essas ou aquelas coisas? Como podemos saber qualquer coisa a respeito dele? Eis o problema básico da atividade de historiador. Via de regra, não usamos laboratórios (os arqueólogos podem usar laboratórios para datar materiais, mas essa é praticamente a única exceção). Não temos como fazer experimentos que recriem o passado, colocando algumas pessoas dentro da reconstrução de uma casa romana e fazendo um reality show a respeito (seria uma experiência exótica e talvez desse audiência, mas não aprenderíamos nada sobre a vida romana). Não temos como entrevistar Nero, seus amigos, subordinados, inimigos, nem ninguém que tenha vivido na metade do século 1, a menos que algum médium prestativo se disponha a fazer uma contribuição à ciência.

O que fazemos é agir um pouco como Sherlock Holmes: ele também não podia reconstruir o passado para fazer suas investigações. Ao invés disso, ele juntava pistas - os vestígios que o passado deixou (relatos das testemunhas, pegadas, a arma do crime...) - e com elas formulava teorias para responder a questão que estava investigando. Como Sherlock era um gênio com uma capacidade de observação impressionante, e ainda por cima tinha a vantagem injusta de ser o protagonista, quase sempre chegava à conclusão certa e descobria quem estava quebrando bustos de Napoleão, quem roubou o cavalo Estrela de Prata ou o que significava o ritual Musgrave. O método do historiador é mais ou menos o mesmo: fazer uma pergunta, juntar as evidências, interpretá-las de uma forma que faça sentido. Infelizmente, enquanto Sherlock podia provar definitivamente que estava certo encontrando o cavalo desaparecido, ou capturando o assassino e ouvindo sua confissão, nem toda pergunta histórica tem uma prova tão conclusiva - é raro alguém encontrar o equivalente a um diário de Nero contando todas as suas preparações para incendiar a capital. Na falta de uma solução definitiva, os historiadores passam boa parte do tempo

discutindo interpretações, se tal evidência é confiável ou não, qual de dois depoimentos contraditórios está correto - algo como os desembargadores em um tribunal. Esse é o método de investigação que o italiano Carlo Ginzburg chamou de paradigma indiciário, e uma boa aproximação de como os historiadores sabem o que sabem.

Então, quais são as pistas que temos sobre Nero? Não muitas; moedas do seu reinado, ou os vestígios do seu palácio, podem ajudar a compreender a situação de Roma sob seu governo, mas não nos dizem muito sobre o indivíduo. Para compreendê-lo, precisamos nos voltar para os textos, e esses também são poucos. A maior parte do que se escreveu na época, como em qualquer período antes da imprensa, está perdido - como todos os livros da época eram manuscritos, a sobrevivência de um livro qualquer através das gerações dependia de pelo menos uma das poucas cópias parar nas mãos de alguém disposto a preservar seu manuscrito e fazer uma nova cópia se necessário. A surpresa, nessas condições, não é que tenhamos perdido quase tudo, mas que alguns textos tenham sido preservados.

Infelizmente, não temos muito acesso ao que os contemporâneos de Nero pensavam dele. Algumas menções passageiras sobreviveram, mas nenhum relato detalhado. Para encontrar os primeiros relatos, precisamos avançar no tempo até várias décadas após a morte do imperador, quando surgem as principais fontes do que podemos saber sobre ele: as Vidas dos doze césares, de Suetônio, e os Anais e Histórias de Tácito, escritos no começo do século 2.

Em tese, encontramos nossas pistas, e bastaria juntar o que dizem para podermos saber que tipo de pessoa foi Nero. Uma leitura rápida das fontes mostra que concordam no básico: o governo de Nero começou bem mas logo tornou-se tirânico, com direito a montes de execuções, Roma pegou fogo, ele começou a perseguir os cristãos, e eventualmente se tornou tão odiado que alguns dos principais generais resolveram derrubá-lo e, para escapar à captura, Nero cometeu suicídio. Apenas para complicar os pobres romanos, cada general agiu separadamente em busca do poder, causando uma guerra civil após a morte de Nero, e ainda hoje 69 é conhecido como o Ano dos Quatro Imperadores, em referência aos breves reinados de Galba, Oto, Vitélio e o início do reinado de Vespasiano.

Mas o diabo está nos detalhes. Primeiro problema: é discutível até que ponto podemos confiar nas fontes. Ambos escreveram quase cinquenta anos depois da morte de Nero, quando a coleta de informações era mais difícil. As Vidas de Suetônio são especialmente problemáticas: ele gostava de falar das intrigas familiares, das anedotas picantes e de fatos sensacionalistas que tornam seu livro o equivalente antigo a um tabloide - foi ele, por exemplo, quem disse que Calígula planejava tornar seu cavalo cônsul. Tácito é considerado um historiador mais confiável, mas parte de seu relato sobre Nero está perdido. Ainda por cima, os dois, mas principalmente Tácito, não eram grandes fãs do regime imperial, preferindo a tradição republicana associada aos senadores.

Até agora, temos relatos escritos mais tarde do que o desejado, e por autores que tinham seus motivos para, na dúvida, falar mal de um imperador. Outro problema, agora mais sério: eles não concordam em tudo. Suetônio diz que Nero foi o responsável pelo incêndio de Roma, e enquanto assistia a destruição do alto de uma torre cantou uma música sobre o saque de Troia (Vida de Nero, c. 38). Mas Tácito conta uma história completamente diferente: Nero nem estava em Roma quando começou o incêndio, e ao voltar construiu abrigos para os

sem-teto, inclusive em suas próprias terras, e trouxe suprimentos de comida a preços baixos - medidas de relações públicas que teriam fracassado graças ao rumor de que, durante o incêndio, ele teria cantado sobre a destruição de Troia em um palco particular (Anais, 15, 39). Não é preciso muito esforço mental para deduzir que pelo menos uma dessas narrativas está errada. Apesar de o Nero piromaníaco de Suetônio ser o preferido no imaginário das pessoas, a versão de Tácito tem um ponto forte a seu favor: Tácito detestava Nero, e faz longas listas das barbaridades que ele cometeu. Se Tácito pudesse ter atribuído o incêndio de Roma a Nero com alguma credibilidade, provavelmente teria feito exatamente isso.

Outras questões também são difíceis de resolver. Suetônio e Tácito concordam que Nero perseguiu os cristãos - Suetônio fala deles como "adeptos de uma superstição nova e maléfica", e Tácito diz que serviram como bodes expiatórios pelo incêndio de Roma, para que Nero pudesse recuperar sua credibilidade. Nenhuma menção a cristãos específicos, como Pedro e Paulo, e a Bíblia também não nos diz nada sobre seus supostos martírios em Roma. Os martírios só são mencionados em documentos ainda posteriores, como a História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia, do início do século 4:

Foi também ele [Nero], o primeiro de todos os figadais inimigos de Deus, que teve a presunção de matar os apóstolos. Com efeito, conta-se que sob seu reinado Paulo foi decapitado em Roma. E ali igualmente Pedro foi crucificado. Confirmam tal asserção os nomes de Pedro e de Paulo, até hoje atribuídos aos cemitérios da cidade (História Eclesiástica, livro 2, 25, 5).

Podemos afirmar confiantemente que Nero perseguiu cristãos, mas como ter certeza desses dois em particular? Eusébio e outros autores cristãos estariam relatando uma tradição autêntica, ou os cristãos de Roma teriam associado a sua cidade a dois dos maiores líderes cristãos, com todo o prestígio que essa associação traz ainda hoje, sem grandes evidências?

Finalmente, é discutível se Nero era mesmo universalmente odiado. Suetônio termina sua Vida dizendo que algumas pessoas colocavam flores em seu túmulo, e havia mesmo pessoas que se faziam passar por Nero, com algum sucesso. Tácito diz que a "porção respeitável" da sociedade alegrou-se com sua morte, mas não a "população degradada" (Histórias, 1, 4). Vindo de um romano da elite, isso não leva a crer que o imperador era detestado pela elite, mas não pela população em geral?

É por incertezas assim que questões como "o verdadeiro Nero" são discutidas há tempo e continuarão sendo: infelizmente, nosso conhecimento tem limites e em alguns casos só podemos dizer o que é mais ou menos provável. O que exatamente ele fez, ou como conciliar toda sua violência com o respeito que os pobres aparentemente tinham por ele, são quebra-cabeças com várias peças faltando.

Mas continuo achando que ele não teve nada a ver com o incêndio.

Data : 28/11/2010

Título : O Mito da Terra Plana

Categoria: Artigos

Descrição: Digam o que quiserem da Europa medieval, seus habitantes pelo menos sabiam que nosso planeta é esférico.

Os historiadores têm um grave problema: pesquisam, discutem e reinterpretam tudo, mas não conseguem fazer os resultados disso circular pela sociedade. As últimas descobertas médicas, pelo menos as de aplicação prática, circulam sem controle, tanto que as pessoas já perceberam que a medicina, como qualquer ciência, só chega a conclusões provisórias, que podem ser rediscutidas quando surgem novas evidências - é o caso da eterna questão de saber se o café ou o chocolate fazem bem ou mal. As descobertas das ciências exatas, embora seus conteúdos não sejam tão divulgados por serem quase incompreensíveis aos leigos, têm consequências visíveis na forma de novas tecnologias.

Mas o nosso departamento de divulgação é um fracasso completo. As pessoas são bombardeadas com anos de aulas de história nos colégios, veem filmes, programas de tv, revistas, romances históricos, enfim, são expostas ao assunto o tempo todo... e praticamente tudo que acham que aprenderam a respeito está obsoleto.

Quem mais sofre com isso são os medievalistas. Por todo o século passado, eles destruíram a visão da Idade Média como um milênio de trevas, ignorância, tirania papal e tudo o mais. Criaram uma nova imagem, de um período que teve seus problemas, como qualquer outro, mas não foi especialmente ruim. É uma pena que tenham esquecido de avisar o resto do mundo. A menos que tenham tentado, mas fracassaram em mudar a visão tradicional transmitida nas escolas, filmes e até no nosso vocabulário, onde "medieval" é sinônimo de retrógrado.

Um dos mitos persistentes sobre a Europa medieval é o da Terra plana. Todos já ouviram falar que as pessoas, nessa época, pensavam que o planeta era achatado, que era possível cair da beira do mundo, e que esse era um dos medos que os marinheiros tinham durante as grandes navegações. Alguns também devem ter ouvido falar que Cristóvão Colombo era um dos poucos seres pensantes que perceberam que o mundo era redondo, e para conseguir financiamento para suas viagens precisou debater com os doutores da universidade de Salamanca, que não ficaram muito convencidos dessas heresias.

Não é uma história bonitinha? O herói solitário, armado apenas com a verdade, lutando contra os dogmas da ignorância... seria bonitinho mesmo, se tivesse acontecido. O problema é que nunca aconteceu. Colombo realmente enfrentou os doutores de Salamanca em discussões, mas todos os envolvidos, como todo mundo na Europa do final do século 15, sabiam que a Terra era redonda. O debate era em torno do seu tamanho: Colombo pensava que a Terra era bem menor do que na realidade, e por isso seria possível chegar à Ásia através do Atlântico. Os doutores sabiam do tamanho aproximado da Terra, e por isso achavam que a expedição de Colombo era suicida. E eles estariam certos, se não fosse um pequeno detalhe que os dois lados desconheciam: a América.

Desde que Aristóteles, no século 4 a.C., demonstrou que o mundo é esférico, as pessoas não esqueceram disso. Os medievalistas devem poder apontar pilhas de documentos que mostram como o conhecimento se manteve; eu sei de pelo menos dois.

No começo do século 14 (ou seja, quase 200 anos antes de Colombo), Dante já sabia o formato do mundo. Na Divina Comédia, ele colocou seu inferno no interior da Terra, de tal forma que ele entra por um lugar e sai no extremo oposto do mundo, depois de ter passado pelo seu centro, onde o próprio Satã punia os traidores - os três maiores deles, na verdade: Judas (o que não surpreende ninguém) e Brutus e Cássio, os assassinos de César, o que pode ser uma surpresa para quem pensa que o conhecimento da antiguidade se perdeu na Idade Média.

E antes de Dante, na metade do século 13, Tomás de Aquino, como bom aristotélico que era, escreveu em sua Suma Teológica (parte I, questão 1, artigo 1):

As ciências são diferenciadas pelos diversos meios através dos quais o conhecimento é obtido. Pois o astrônomo e o filósofo natural [físico] podem ambos demonstrar a mesma conclusão: por exemplo, que a Terra é redonda, o astrônomo por meios matemáticos (abstraindo da matéria) e o filósofo natural através da própria matéria.

Vejam que ele toma isso como tão evidente que não se sente na obrigação de dizer quais os argumentos do astrônomo e do físico - por que fazer isso, se ele só dizia o que todos já sabiam?

Para quem quiser uma discussão mais aprofundada, inclusive sobre a questão de Colombo, fica uma sugestão de leitura: Os sete mitos da conquista espanhola, de Matthew Restall, que trata dessa e outras invencionices que deveriam sair do nosso imaginário.

Data : 01/01/2010

Título : O Retorno da Torre de Babel

Categoria: Artigos

Ocorreu neste mês de maio uma medida que talvez, daqui a alguns anos, seja lembrada como uma das mais importantes na história da internet; apesar disso, ela não gerou muito interesse por aqui até agora e, como não é algo que afeta imediatamente o Brasil ou o mundo anglófono (principal origem das nossas modinhas), provavelmente nem haverá mais repercussão tão cedo. O acontecimento foi o lançamento dos primeiros domínios de país em árabe.

Explicando: originalmente, todos os endereços de páginas na internet empregavam apenas números, o sinal de hífen e as 26 letras do alfabeto latino. Há alguns anos, entraram em uso outras escritas, como os alfabetos grego e cirílico e, no caso do Brasil, surgiu a possibilidade de criar endereços com sinais próprios do português, como acentos e cedilha (o que até agora não fez grande sucesso, mas ao menos a possibilidade existe). Porém, havia uma parte do endereço que continuava sendo necessariamente em alfabeto latino: os domínios de topo, ou seja, a parte final dos endereços (.com, .gov, .br e outros). Novos domínios de topo são criados de tempos em tempos, mas até recentemente todos eles precisavam ter as letras do nosso alfabeto. Até o dia 6 de maio, em que foram aprovados três domínios em escrita árabe, para o Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes (ou seja, o equivalente em árabe aos atuais

.eg, .sa e .ae), com outros domínios, em árabe e outras línguas, como chinês e russo, em processo de aprovação.

Na prática, isso significa que os habitantes desses países poderão começar a criar e utilizar endereços online inteiramente em seus idiomas nativos, sem precisar fazer truques mirabolantes para produzir aqueles .com ou .eg em seus teclados. Para calcular a diferença que isso faz, imagine como seria se, a cada vez que um brasileiro quisesse digitar o endereço de um site de seu navegador, precisasse colocar o equivalente a “.com”, digamos, no alfabeto grego. Quem achar a tarefa simples está convidado a descobrir como configurar seu computador para escrever em grego – sim, é possível, mas o processo é um pouco complicado, e provavelmente a internet não faria o mesmo sucesso por aqui se todos os aspirantes a internautas precisassem passar por essa situação. É difícil prever as consequências dessa iniciativa, ou mesmo se realmente haverá alguma. Uma possibilidade é o aumento, a longo prazo, do pluralismo linguístico online, pela maior facilidade no uso para usuários monolíngues de russo, chinês, árabe e outras línguas, em relativo detrimento do inglês. Mas será isso um sinal do que está por vir? Será possível que processos semelhantes avancem, na internet e fora dela, a ponto de o inglês ser substituído como língua franca por um de seus concorrentes, como alguns acham que será o caso do chinês (ou, melhor dizendo, do mandarim, o idioma mais comum de uma família de línguas chinesas aparentadas entre si)?

Não agora, nem no futuro imediato; se isso vier a acontecer, será um processo gradual que levará várias décadas, especialmente para chegar ao Brasil, tão acostumado a ser o quintal dos Estados Unidos. Uma eventual expansão do chinês começará no sudeste e leste da Ásia, onde os contatos são mais intensos e, de fato, onde o chinês já foi a língua do refinamento e da civilização, com os caracteres chineses sendo a primeira forma com que foram escritos vários idiomas da região (o japonês mantém esses caracteres ainda hoje, com o acréscimo de dois silabários). De lá, a disseminação pelo resto do mundo ocorreria mais lentamente, já que demoraria para surgir uma grande quantidade de sinófonos, e o inglês manteria seu status atual por algum tempo, nem que fosse apenas por inércia – a imensa quantidade de pessoas que falam inglês, nativos ou não, contribuiria por si só para manter o idioma em franca atividade.

A disseminação do mandarim em grande escala depende de alguns fatores, sendo o principal deles o crescimento contínuo da China. Se ela se mantiver como uma das principais economias mundiais nos próximos anos (o que não é nada certo), seu idioma ganhará importância comercial, tanto para investir no local quanto para lidar com uma quantidade cada vez maior de empresários – e produtos – chineses.

Também importante é a disseminação cultural. Hollywood é uma grande agente de expansão do inglês; em menor escala, a onda mundial de animes e mangás (desenhos e quadrinhos japoneses) nos últimos anos fez muito mais pelo japonês do que ser o idioma do segundo país mais rico do mundo. A China precisa encontrar maneiras de espalhar sua produção cultural e familiarizar os estrangeiros com seus valores, modo de vida e, inevitavelmente, também com seu jeito de falar. A forma mais óbvia seria através do desenvolvimento de uma grande indústria cinematográfica chinesa com condições de competir com Hollywood e Bollywood, mas talvez a internet ainda venha a oferecer meios de entretenimento comparáveis aos filmes – seriados chineses no YouTube, quem sabe?

E quanto à proverbial dificuldade do chinês, não seria uma limitação a essa difusão? Não necessariamente, porque a fluência dos estrangeiros não é exigida para que um idioma se popularize – é comum dizer-se na internet que a linguagem universal da rede não é o inglês, mas o inglês ruim. A gramática chinesa é relativamente simples. Os verbos, por exemplo, não se conjugam; o tempo e o sujeito são deduzidos do restante da frase, como se disséssemos “eu ontem ir ao mercado”. Adquirir ao menos algumas noções de chinês falado não é uma tarefa impossível. Já a forma escrita poderia ser um problema, graças à grande quantidade de ideogramas. O obstáculo poderia ser contornado se fosse adotado um alfabeto para o chinês, e realmente existem sistemas de transcrição de ideogramas para o nosso alfabeto, o mais popular deles sendo o pinyin, sistema oficialmente recomendado pelo governo da China. Nós, estrangeiros, poderíamos adotar este sistema entre nós se o chinês um dia virar a nova moda; mas, infelizmente, é pouco provável que ele venha a substituir a escrita tradicional na própria China. Ali, na ausência de uma língua falada comum a todos, os ideogramas cumprem a função importante de transmitir informação independentemente de como são pronunciados em cada lugar – como um efeito colateral positivo, reforma ortográfica é um conceito totalmente alienígena nessas línguas.

Então, o provável é que os ideogramas continuem por aí. Isso dificulta, mas não impede, a adoção do chinês. Apesar de nos vangloriarmos das vantagens do alfabeto, estamos o tempo todo lidando com sinais não-alfabéticos: números, sinais de trânsito, do controle remoto (o que um quadrado tem a ver com “parar” e duas barrinhas com “pausar”?), etc. E, apesar das lendas urbanas, o chinês não possui um sinal diferente para cada palavra. Se o português e outros idiomas empregam amplamente prefixos, sufixos e combinações para formar novas palavras, o chinês emprega processos parecidos. Apenas para exemplificar as possibilidades, vulcão é a junção de “fogo” e “montanha”; adulto é “grande” e “pessoa”, e assim segue. Um pouco complexo mas, se a economia e a indústria cultural possibilitarem a propagação do chinês, não serão os ideogramas que vão impedir. Mesmo porque o idioma mais difundido atualmente, o inglês, tem uma ortografia lamentável, em que a escrita e a pronúncia da mesma palavra podem ser tremendamente diferentes uma da outra; um pouco como ideogramas alfabéticos.

Músicas em mandarim nas rádios, pessoas interessadas em saber qual a última moda em Pequim e se cumprimentando com um “ni hao” para mostrar sofisticação: eis um futuro possível entre vários. Se ele realmente ocorrerá, resta esperar para ver.

Data : 01/01/2010

Título : Quando os Germes Descobriram a América

Categoria: Artigos

Descrição: Como um punhado de europeus conseguiu conquistar os povos americanos? Com a ajuda de sua arma secreta: as doenças.

O inverno se reaproxima dia a dia e a campanha de vacinação fez com que a gripe suína, quase esquecida durante os dias de verão, voltasse a ser um assunto cotidiano. Talvez doenças não sejam um tema apropriado para conversas leves, mas vou aproveitar a oportunidade porque esse é um assunto sobre o qual muito pode ser dito. As doenças e a luta contra elas têm sido não só uma parte integrante do nosso dia-a-dia, o que já seria extremamente importante, mas por vezes entraram no palco dos acontecimentos de forma mais drástica. Dois desses casos foram a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro do começo do século passado, e a peste bubônica que assolou o Velho Mundo nos séculos 6 e 14. Mas houve um caso que ajuda a explicar algumas coisas em nossas vidas que normalmente não paramos para considerar: por que falamos português e não uma língua tupi? Por que a imensa maioria dos brasileiros descende de imigrantes (voluntários ou não) da África e Eurásia, e poucos descendem de índios? Por que, não só no atual território brasileiro mas em todo o continente americano, os índios foram subjugados, ao invés de expulsarem o que no início era um punhado de conquistadores?

Como sempre, a resposta tem muitas partes. Para começar, não faz sentido achar que os habitantes daqui se viam como “índios”, membros de algum tipo de grande comunidade continental e que deviam se unir contra um inimigo comum. Mais ou menos como os europeus, eles eram membros de grupos que tinham suas próprias relações e conflitos, e mais de uma vez envolveram os europeus em suas guerras – um dos recursos de Cortez para conquistar o império asteca mexicano foi o auxílio de povos que não estavam satisfeitos com sua dominação pelos astecas, e que contribuíram com exércitos muito maiores do que o bando de conquistadores espanhóis. Com o tempo, quem ganhou com isso foram os europeus, mas não havia como saber na época que seria uma má ideia recrutar os recém-chegados como aliados.

Mas voltemos às doenças, que foram ainda mais importantes. O segredo do sucesso de espanhóis e portugueses era a sua capacidade de transmitir doenças às quais os nativos não tinham resistência. Os europeus pertenciam a sociedades em que os animais domésticos estavam por toda parte em contato com humanos. Grande parte das doenças humanas surgiu de parasitas de animais que mutaram para infectar humanos – é o caso da atual gripe suína que, como o nome diz, originou-se nos porcos. Ao longo dos milênios, animais transmitiram doenças para seres humanos, que aos poucos foram adquirindo resistência (ou, melhor dizendo, as pessoas mais resistentes às doenças tinham maior chance de sobreviver e ter filhos). E, quando os europeus chegaram na América, seu arsenal biológico acumulado ao longo do tempo devastou populações que nunca haviam tido contato com esses germes. Além de matar milhões, as epidemias espalharam o caos pelas sociedades nativas; por exemplo, Pizarro conquistou o império inca dos Andes com um pequeno grupo de conquistadores, em grande parte porque a varíola havia chegado antes dele e matado o “inca”, ou imperador, iniciando uma guerra civil pela sucessão ao trono da qual os espanhóis se aproveitaram. Se hoje em dia doenças que matem algumas centenas de pessoas já geram pânico, tente imaginar uma que, aparentemente surgida do nada, destruísse uma porcentagem significativa da população, incluindo as lideranças do governo. Foi isso que os incas enfrentaram na década de 1530, antes que o primeiro espanhol chegasse em suas terras. Não chega a ser surpreendente que eles tenham sido conquistados nessas circunstâncias; o que realmente causa surpresa é que ainda tenham montado

uma resistência à conquista, liderada por remanescentes da família real – o último soberano inca, Tupac Amaru, foi capturado e executado apenas em 1572. Porque os europeus não foram mortos pelas doenças infecciosas americanas? Simplesmente porque não havia muitas. Os europeus adquiriram doenças com seus animais domésticos, o que os índios não podiam fazer porque no continente americano quase não havia animais domesticáveis. A falta de animais levou a uma falta de doenças transmissíveis capazes de destruir os europeus, e isso decidiu a sorte de nosso continente.

Mais um fato importante: essas mesmas doenças contribuíram para que a maior parte dos escravos do Brasil fossem importados da África, e não índios capturados localmente. Um índio tinha grande chance de morrer doente em pouco tempo, enquanto que um africano – com mais resistência às doenças dos europeus, que eram as mesmas de todo o Velho Mundo – tinha maior probabilidade de sobreviver, por isso o maior investimento em africanos. Não que a escravidão indígena tenha sido abandonada por inteiro, principalmente na região de São Paulo, onde as bandeiras tinham como um de seus objetivos precisamente resolver o problema da mão-de-obra do que então era uma área periférica demais para manter o tráfico negreiro em grandes proporções.

Doenças e economia, gente, e não besteiras como “vagabundagem dos índios” ou “docilidade dos negros”, eis o que determinou os rumos da escravidão no Brasil; entender isso nos ajudaria não só a perceber o que realmente aconteceu, mas também a esquecer esses e outros preconceitos.

Data : 01/01/2010

Título : Sobre Romanos e Gaúchos

Categoria: Artigos

Descrição: Se fantasiar de gaúcho "tradicional" é um passatempo saudável, mas levar a brincadeira muito a sério pode ser um problema.

Recomendar livros é uma coisa perigosa de se fazer. Lemos um livro, gostamos e logo achamos que todos deveriam apreciar o livro tanto quanto nós mesmos. O único pequeno problema é que as pessoas têm gostos diferentes. Os livros de Paulo Coelho e Dan Brown, ou então as sagas Harry Potter e Crepúsculo, são sucessos de vendas com milhões de fãs em todo o mundo, mas também com uma quantidade nada pequena de opositores que sentem náuseas ao ouvir falar em um livro desses. Seria fácil argumentar por qualquer dos dois lados, fosse tentando defender a literatura “de qualidade” ou dizendo, pelo contrário, que livro bom é aquele que compensa o tempo do leitor. Seria fácil, mas não vou fazer nenhum desses discursos. Ao invés disso, quero recomendar um livro que me agradou bastante: Sexo e poder em Roma, de Paul Veyne. Como o livro é pequeno, de leitura leve, escrito por um grande especialista no assunto e o título contém três palavras altamente chamativas, não sei bem porque não chegou a se tornar um bestseller por aqui. Trata-se de uma série de entrevistas em que o historiador francês fala sobre diversos aspectos da vida romana. O que vai desagradar a alguns, e é o principal motivo da recomendação, é que Veyne gosta de mostrar o exotismo dos romanos, os pontos em que o pensamento e a vida

deles eram tão diferentes das nossas que eles quase parecem seres saídos de outro mundo.

Por que isso seria importante? Porque não é assim que nós costumamos pensar nos romanos; em geral, lembramos deles pela herança que deixaram – leis, arquitetura, engenharia, favelas com prédios de apartamentos pouco espaçosos, toda uma série de coisas – e acabamos achando que, tirando um ou dois detalhes desagradáveis como a escravidão, eles eram bem parecidos conosco. Na verdade, nos identificamos bastante com os antigos romanos – quem quiser defender o contrário, ande pela cidade contando as construções inspiradas na arquitetura romana e compare-as com quantas encontra baseadas na arquitetura, digamos, egípcia. Ou árabe. Ou inca, ou chinesa, ou todas essas juntas.

E Paul Veyne ajuda a lembrar como essa seleção é parcial, porque em outros aspectos eles não eram nem parecidos nem, quem sabe, compreensíveis para nós. Por exemplo, na questão das leis: qualquer aluno de primeiro semestre de Direito já deve estar cansado de ouvir falar sobre como o Direito romano é a base do nosso, quantos artigos do Código Civil brasileiro são baseados nas leis de Justiniano, e por aí vai, sem mencionar todas as frases feitas que parecem profundas por serem em latim. Mas o livro de Veyne mostra o outro lado da moeda: quando havia um homicídio em Roma, ou outro crime qualquer, os amigos e parentes da vítima não iam procurar a polícia, o acusado não era intimado por um oficial de justiça nem tinha que enfrentar um promotor público. Se os amigos e familiares quisessem justiça, teriam que eles mesmos procurar o criminoso, levá-lo a um tribunal e fazerem a acusação, ou conseguir alguém para fazê-lo. Se o criminoso fosse rico e influente, cheio de clientes (leia-se: uma mistura de apadrinhados e capangas) a seu serviço, e a vítima não fosse ninguém importante, bem, a vida não valia tanto assim nos tempos romanos.

Resumindo, eles podiam ser muito diferentes de nós mas, de propósito ou por descuido, acabamos lembrando aquilo em que somos mais parecidos e esquecendo o resto, ou acreditando que o resto também devia ser parecido. Isso poderia ser apenas uma curiosidade interessante se se tratasse só dos romanos, mas também ocorre em questões mais ligadas ao nosso dia a dia; o tradicionalismo, por exemplo.

O MTG e os defensores do tradicionalismo gaúcho parecem acreditar que estão preservando um modo de ser mais autêntico, as tradições de como era o verdadeiro gaúcho. Aparentemente, este seria o homem dos pampas, da estância e dos rebanhos, do cavalo e da bombacha, o herói mítico da guerra dos Farrapos. Se esse era o verdadeiro rio-grandense, aquele que vale a pena imitar ainda hoje, imagino que deva faltar algo ao resto da população do Estado que nunca foi composta por gaúchos, no sentido campeiro da palavra. Aparentemente, o habitante das cidades, como a “Leal e Valorosa” Porto Alegre (que ganhou o título justamente por apoiar o Império e não os Farrapos na guerra), ou o imigrante alemão recém-chegado, para não dizer nada do imigrante italiano que ainda estava por vir, todos eles e seus descendentes não devem ser verdadeiros rio-grandenses.

Para que o modelo escolhido em detrimento de todos os outros possíveis tenha sido o gaúcho dos pampas (do sul do Estado, aquela região mais pobre e menos povoada), devo imaginar que ele tivesse alguma virtude especial que mereça ser preservada. Talvez a cultura da guerra e violência do homem da fronteira do Brasil em formação, ou talvez a cultura machista, escravocrata e autoritária das

estâncias. Talvez seja por isso que os CTGs são chefiados por patrões. Ou talvez esses detalhes inconvenientes – que havia outros habitantes aqui além do homem da estância, e que esse vivia numa cultura não tão nobre assim, mas tão cheia de falhas quanto qualquer outra – estejam sendo convenientemente jogados para baixo do tapete. Talvez isso explique porque, entre os documentos no site do MTG, encontrei inúmeras menções à roupa – cores e materiais da camisa, como fazer o lenço – mas nenhum comentário sobre a escravidão. Provavelmente, uma tradição insignificante como a escravidão pode ser abolida sem dificuldades, enquanto que um elemento tão essencial quanto a cor da camisa deve ser preservado à custa de vários regulamentos, e assim se conservam as tradições ancestrais.

Mas, como disse antes, recomendar livros é uma coisa perigosa, e recomendar passatempos também. Cada um com seu gosto, e nada contra quem gosta de ir fantasiado ao CTG para colocar a conversa em dia, dançar ou ouvir música. Apenas seria mais honesto se essas pessoas admitissem que, no melhor dos casos, isso é a recriação de um tipo social muito idealizado e que nunca existiu dessa maneira fora dos CTGs, e não presumir automaticamente que esse é o verdadeiro jeito de ser gaúcho.